CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2051/83

INTERESSADO: ASSESSORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA

ASSUNTO : Projeto de Lei nº 305/1983 - Solicita a incorporação da Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto a uma das Universidades Estaduais.

RELATOR : Consº Armando Octávio Ramos

PARECER CEE Nº 0072/84 -CTG- APROVADO EM 26/01/84

1. HISTÓRICO:

Por intermédio do Gabinete do Sr. Secretário da Educação, a Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Governo para Assuntos Políticos encaminha, para manifestação do Conselho Estadual de Educação, o texto do Projeto de Lei nº 305/83, que "autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com entidade, visando dar cumprimento ao disposto na Lei nº 5274, de 15 de Janeiro de 1959".

A referida Lei prevê a criação de Faculdade de Medicina em São José do Rio Preto, como instituto isolado do sistema estadual de ensino superior. A Faculdade não foi instalada pelo Governo do Estado. Contudo, anos mais tarde, foi criada, naquele Município, pela iniciativa particular, uma Faculdade de Medicina, reconhecida pelo Governo Federal, em junho de 1974.

O projeto de Lei, ora em exame, nos termos de seu artigo 1º, autoriza o Poder Executivo, a celebrar convênio com a Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto (FUNFARME) com a finalidade de dar cumprimento ao disposto na Lei nº 5274/59.

De acordo com o disposto no artigo 2º do convênio de que trata a Lei, deverá constar obrigatoriamente que "o Estado assumirá a responsabilidade decorrente do funcionamento da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, recebendo, para tanto, o correspondente ao acervo da fundação mantenedora da referida Faculdade".

O artigo 3º estabelece que, "durante o prazo de vigência do convênio, o Estado adotará as providências necessárias para a incorporação da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto a uma das Universidades Estaduais".

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Trata-se de Projeto de Lei autorizando a cele-

bração de convênio entre o Executivo Estadual e uma Fundação de Direito Privado, para os fins acima referidos. Não há nos autos elementos que documentem o interesse das partes na celebração do ajuste.

Não se configura, portanto, proposta do Executivo no sentido da incorporação ao Estado do referido Instituto de Ensino Superior, sobre a qual caberia manifestação no Conselho Estadual de Educação, nos termos do Artigo 2º, inciso XV, da Lei 10.403/71.

Por outro lado, cumpre observar que, conforme dispõe o artigo 3º da Lei 5.540/68, "as Universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira que será exercida na forma da Lei e dos seus Estatutos".

Ora, os Estatutos das Universidades Estaduais conferem aos respectivos Conselhos Universitários a competência para deliberar sobre a incorporação de Unidades Universitárias. Em tais condições, o Projeto de Lei em causa, por seu artigo 3º, pretende conferir ao Executivo Estadual responsabilidade que não poderá legalmente assumir, tendo em vista a autonomia universitária.

3. CONCLUSÃO:

Responda-se à Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Governo para Assuntos Políticos, nos termos deste Parecer.

São Paulo, 12 de dezembro de 1.983

a) Consº Armando Octávio Ramos
Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Jessen Vidal, Paulo Gomes Romeo e Roberto Vicente Calheiros.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 20.12.83

a) Cons^o Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 26 de janeiro de 1.984.

a) CONS^o CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE